



AÇÃO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Rafael Mauricio Castanho* (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná – PPGPSI/UFPR; Curitiba-PR). Norma da Luz Ferrarini (Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná – PPGPSI/UFPR; Curitiba-PR).

Contato: rafaelmauriciocastanho@gmail.com*

Práticas em Psicologia Escolar

Palavras-chave: Política de Cotas. Educação Superior. Institutos Federais.

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado em fase de construção e tem como objetivo apresentar uma possibilidade de atuação do psicólogo frente ao desafio de promover a inclusão na Educação Superior em um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IF). A sua justificativa e relevância se inserem num contexto de criação (Brasil, 2008) e expansão (Brasil, 2012a) dos IF e da conseqüente inserção de Psicólogos Educacionais nessas instituições, um espaço social novo, que por sua vez exige destes profissionais a produção de novos modelos de atuação, diversificados e diferenciados, que superem aquilo que tradicionalmente se construiu no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional (Negreiros & Souza, 2017).

O problema sobre o qual nos debruçamos é crescente na literatura atual (Pan, Albanesse & Ferrarini, 2017) e diz respeito às novas configurações que as Instituições de Ensino Superior (IES) federais têm apresentado a partir da Lei de Cotas (Brasil, 2012b) e das políticas e programas implementados pelas IES em decorrência da promulgação desta lei, neste caso específico as políticas para o acesso de estudantes de renda inferior no Instituto Federal da Santa Catarina (IFSC). De acordo com Pan & Zonta (2017), políticas como estas ainda são pouco conhecidas e há poucos estudos que as tenham avaliado no sentido de compreender se elas realmente têm assegurado experiências satisfatórias de inclusão social.

A necessidade de uma produção acadêmica acerca do tema estudado foi sendo identificada a partir da ação profissional de um dos pesquisadores, que trabalha há três anos como psicólogo na instituição em que a pesquisa foi desenvolvida. Compreendemos como ação profissional o fazer do



Psicólogo que supere a dicotomia teoria-prática, numa concepção dialógica orientada a favorecer a inclusão e o desenvolvimento humano, ao passo que possibilite a produção de conhecimento, gerando inteligibilidade sobre uma determinada problemática (González Rey, 2016).

Neste sentido, a possibilidade apresentada por este relato diz respeito a realização de grupos de discussão com estudantes que ingressaram por meio do Sistema de Reserva de Vagas do IFSC. Como espaço possível de investigação definimos um dos *campi* do IFSC, localizado no município de Canoinhas/SC. Neste cenário, foram escolhidos como participantes e protagonistas desta pesquisa os estudantes que ingressaram nos cursos superiores ofertados nos últimos três anos (2015-2017) e que utilizaram como forma de ingresso o Sistema de Reserva de Vagas para estudantes de Renda Inferior (estudantes com renda familiar inferior a um salário mínimo e meio *per capita*). Mediante convite e aceite desses estudantes, foram realizados quatro grupos com um total de dezesseis estudantes. Os grupos ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2017 e tiveram a duração aproximada de duas horas cada. Todos os grupos tiveram o áudio gravado com a autorização prévia dos participantes mediante assinatura em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cabe ressaltar que a pesquisa como um todo foi previamente autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde (CEP/SD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob o código de autorização número 70206917.1.0000.0102/2017.

O principais objetivos dos grupos de discussão foram: contribuir, a partir do olhar da Psicologia, com a avaliação das políticas de acesso à Educação Superior implementadas pelo IFSC; proporcionar espaços de discussão e reflexão acerca do direito à educação e direito à aprendizagem, expresso nestas políticas; e fortalecer a permanência destes estudantes, possibilitando um espaço possível no qual eles possam pensar-se enquanto sujeitos de direitos, que após acessar uma vaga numa instituição pública, adquirem também o direito à permanência e à conclusão com êxito dos cursos que escolheram.

Os grupos de discussão seguiram um roteiro pré-estabelecido que funcionou como um guia condutor e facilitador de um espaço conversacional (Gonzalez Rey, 2017). Por meio da projeção de imagens e informações, fomos apresentando o tema e dando início a discussão. A utilização de recursos audiovisuais teve como objetivo despertar e facilitar o diálogo. Estes recursos nos possibilitaram atingir de alguma forma os participantes, fazendo com que eles revisitassem a sua própria trajetória enquanto sujeitos-estudantes, produzindo novos sentidos e permitindo novas elaborações. Utilizamos para isto trechos curtos de informação sobre a discussão que pretendíamos introduzir, sobre o direito à educação superior por meio da expansão dos Institutos Federais e da Política de Cotas para uma forma de ingresso mais equitativa, sobre o direito à aprendizagem, à permanência e à conclusão com êxito dos cursos escolhidos, assegurada por meio de políticas de assistência estudantil.



As informações produzidas por meio dos grupos chamaram atenção para o desconhecimento destas políticas por parte dos estudantes. A escolha da reserva de vagas não aparece como um ato intencional, mas sim como um momento, no ato da inscrição, em que foram instruídos a declarar a sua condição. Foram recorrentes os relatos de que foram orientados por servidores, colegas ou familiares a recorrer às vagas pois assim teriam mais chances de ingresso. Acreditamos que a Psicologia em espaços como este pode favorecer de forma ética e responsável espaços possíveis para pensar estas políticas públicas na sua dimensão de direito social, por meio de uma ação educativa transformadora (González Rey & Mitjans Martínez, 2017). Apresentamos para este fim, como possibilidade teórica, a concepção de sujeito cultural-histórico presente na teoria de Fernando González Rey (2017), sujeito este que prescinde de um reconhecimento do seu lugar em um mundo histórico e culturalmente situado.

Os resultados produzidos nos permitiram verificar também que o formato do processo seletivo ou a lógica de preenchimento das vagas, por si só, não são suficientes para garantir a democratização das IES federais. A despeito do que está instituído, o cotidiano de cada IES é um universo complexo que se constitui a partir de um conjunto de relações humanas, concretas e estabelecidas entre os diferentes sujeitos, trabalhadores, estudantes e membros da comunidade externa onde esta instituição está inserida.

Como apontado por Boaventura de Sousa Santos (2004a; 2004b), as formas sutis de silenciamento no ambiente acadêmico são geradoras de despolitização do corpo discente, por meio da omissão das desigualdades materiais e culturais deste território e dos mecanismos necessários de correção destas desigualdades. Uma das características mais importantes do sujeito cultural-histórico é a sua capacidade de gerar alternativas criativas na solução de situações e de problemas da sua realidade (González Rey & Mitjans Martínez, 2017). É esta concepção de sujeito, concebido a partir da sua autonomia e do seu protagonismo, que pretendemos fomentar. Nosso trabalho pretende abrir espaço para pensarmos o compromisso dos psicólogos frente a essa realidade, construindo conhecimento a partir da nossa ação profissional, em uma prática possível e mobilizadora.

No que diz respeito a avaliação destas políticas, defendemos que a Epistemologia Qualitativa e a Metodologia Construtiva-interpretativa de Fernando González Rey (2017) podem instrumentalizar uma ação profissional engajada e comprometida com a transformação dos espaços acadêmicos ao passo que produz conhecimento e gera inteligibilidade sobre processos que não podem ser descritos com instrumentos objetivos (questionários, entrevistas fechadas, etc.) que hoje são utilizados com esta finalidade de avaliação. Os diferentes sujeitos que se relacionam nestes ambientes institucionais (estudantes, servidores, comunidade externa) produzem configurações subjetivas distintas quanto à implantação de políticas que visam a democratização do ambiente acadêmico, tradicionalmente



consolidado a partir de uma lógica meritocrática e excludente (Santos, 2004b). Estes efeitos devem ser levados em conta no intuito de uma inclusão efetiva desses sujeitos, garantindo um ambiente favorecedor da aprendizagem e desenvolvimento desses estudantes.

Por fim, defendemos que olhar da Psicologia e a formação qualificada para a condução de processos grupais pode contribuir na análise, na avaliação e, quando necessário, na reformulação de políticas públicas voltadas à Educação Superior, apresentando contribuições relevantes e socialmente referenciadas, além de possibilitar espaços de reflexão e protagonismo aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2008). *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Recuperado em 28 fevereiro, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm
- Brasil. (2012a). *Expansão da Rede Federal*. Recuperado em 28 fevereiro, 2019, de <http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal.htm>
- Brasil. (2012b). *Lei. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado em 28 fevereiro, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- González Rey, F. L. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas: Alínea.
- González Rey, F. L. (2016). Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional em psicologia. *Educação*, 39 (esp.), 54-65.
- González Rey, F. L., & Martínez, A. M. (2017). *Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Negreiros, F., & Souza, M. P. R. de. Org. (2017). *Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior*. Teresina: EDUFPI.
- Pan, M. A. G. de. S., Albanese L., & Ferrarini, N. da L. Org. (2017). *Psicologia e educação superior: formação e(m) prática*. Curitiba: Juruá.
- Pan, M. A. G. de. S., & Zonta, G. A. (2017). Acolhimento por pares como prática de formação de psicólogos: Plantão Institucional e Rodas de Conversa. In L. Albanese, N. da L. Ferrarini, & M. A. G. de. G. Pan (Orgs.). *Psicologia e educação superior: formação e(m) prática* (pp. 35-54). Curitiba: Juruá.
- Santos, B. de S. (2004a). Tesis para uma Universidad pautada pela ciência postmoderna. *Educación Superior: Cifras e Hechos*, 3 (18), 3-6.
- Santos, B. de S. (2004b). *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democráticas e emancipatória da universidade* (3a ed.). São Paulo: Cortez.